

Pranchetas e realidade

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) vai, na sua próxima reunião, no início de outubro, estudar as sugestões de uma comissão que proporá soluções para o problema da invasão de áreas públicas pelos comerciantes do Distrito Federal. A cidade aguarda esperançosa que, desta vez, finalmente, os técnicos cheguem a um consenso sobre esta discussão, que já se arrasta há muitos e muitos anos, com apenas um beneficiário: o infrator.

Aparentemente, o que há é uma quase que insolúvel incompatibilidade entre o que foi concebido numa prancheta, antes mesmo do nascimento da cidade, e o assombroso processo de crescimento registrado em Brasília. Enquanto não vem a solução — que poderia ser a venda das áreas invadidas aos proprietários dos pontos comerciais ou mesmo a cobrança de taxas pela sua ocupação — ganham os que invadiram as calçadas com telheiros, tapumes, mesas e cadeiras.

Na verdade, ninguém pode culpar as autoridades locais pela proliferação destas invasões. Com o custo muito elevado das lojas, os comerciantes só podem expandi-las tomando posse das calçadas e passagens de pedestres. O processo foi lento. E foi natural, como, por exemplo, acontece com o trajeto dos pedestres por determinados canteiros que parecem indicar, aos administradores, o lugar mais adequado para a construção das calçadas.

Uma cega obediência aos planos iniciais da cidade faz com que muita gente tente fechar os olhos para os fatos consu-

mados, para a realidade. Brasília cresceu, explodiu e seus moradores foram achando soluções que não podiam, obviamente, ser previstas pelos que a projetaram. As cidades vão tomando a conformação que lhes é dada pelos seus cidadãos e não as ditadas pelos técnicos.

Tudo leva a crer que o mais sensato é a regularização do que já foi feito através de uma lei que contemple também a mesma alteração que, por certo, se dará nas quadras comerciais que continuam a ser erguidas, aceleradamente, na Asa Norte.

Mas, enquanto prossegue o interminável debate, ganham os invasores, que hoje nada pagam. Mesmo as lojas autorizadas pagam hoje taxas insignificantes pela colocação de cadeiras e mesas sob os toldos na calçada. Todos sabem, embora isso não esteja escrito em lugar nenhum, que o Governo nunca vai destruir as milhares de invasões em áreas públicas de todo o Distrito Federal. Mas, frequentemente, pessoas tentam intimidar os comerciantes que, muito matreiramente, se fingem de assustados com a mais do que improvável derrubada de suas obras ilegais.

O erro básico é que esta discussão vem sendo monopolizada, de um lado, por técnicos inflexíveis e, de outro, por alguns comerciantes, que não querem pagar taxa nenhuma. Não seria agora — na discussão da Lei Orgânica — o momento de chamar os cidadãos brasileiros, maiores interessados no caso, para que expressem sua opinião?